

HRT Participações em Petróleo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A HRT Participações em Petróleo S.A. (Companhia ou H RTP) foi constituída em 17 de julho de 2009 por meio da transformação da BN 16 Participações Ltda., em sociedade anônima sob aquela denominação. Mantém sua sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, Brasil tendo como objeto social: (1) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista, no país ou no exterior, independentemente de sua atividade; e (2) (i) a prestação de serviços de consultoria e projetos de investigação nas áreas de meio ambiente, petróleo, gás natural, mineração, prestando assessoria profissional a empresas nas áreas de coleta, análises químicas (orgânica e inorgânica) e interpretação de dados de natureza geológica, geoquímica, geofísica e sensoriamento remoto de tais dados, bem como consultoria em comércio exterior; (ii) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (iii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustíveis e produtos derivados de petróleo; e (iv) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica.

Atualmente, o Grupo HRT tem suas atividades voltadas para a exploração e produção de óleo e gás natural, operando na Bacia Sedimentar do Solimões, Estado do Amazonas e na Namíbia, na costa oeste da África.

O Grupo dispõe em seu portfólio de 36 blocos exploratórios posicionados onshore e offshore, sendo 21 blocos onshore na Bacia do Solimões, do qual é o operador com participação de 55%. Ainda no Brasil, o Grupo detém 10% de participação em 3 blocos exploratórios em bacias onshore, situados nas Bacias do Recôncavo (BA), do Espírito Santo (ES) e do Rio do Peixe (PB). Na Namíbia, a controlada HRT Africa é operadora de 10 blocos exploratórios situados no offshore nas bacias de Walvis e Orange, possuindo participação minoritária em 2 blocos localizados na Bacia de Namibe. As notas explicativas 12, 13 e 14 apresentam maiores detalhes das operações mantidas pela Companhia e suas controladas.

A Companhia, diretamente ou através de suas controladas, vem efetuando os investimentos necessários para cumprir com seu programa exploratório e obter acesso às reservas suficientes para o sucesso de suas operações futuras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com as normas IFRS e BR GAAP

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, estão assim apresentadas:

Demonstrações Financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

Demonstrações Financeiras Individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, às quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que no caso da Companhia, diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, seria custo ou valor justo.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e daqueles instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real e a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano, em função de seu plano de negócios e principalmente em decorrência dos seus custos de operação. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores informados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- ▶ Nota nº 18 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- ▶ Nota nº 19 - Opção de compras de ações; e
- ▶ Nota nº 22 - Instrumentos financeiros.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de fevereiro de 2013.

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB

1. Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2012

As políticas contábeis adotadas em 2012 são consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras do ano anterior, exceto pelas seguintes revisões ao IFRS em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012:

- IAS 12 Impostos de Renda (Revisão) – Impostos Diferidos – Recuperação de Ativos Subjacentes

A revisão esclarece a determinação de cálculo de impostos diferidos sobre propriedade para investimento mensurados a valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 (CPC 31 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada) deve ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado por meio da venda. Adicionalmente, introduz a exigência de que o imposto diferido sobre ativos não sujeitos à depreciação que são mensurados usando o modelo de reavaliação da IAS 16 (CPC 27 Ativo Imobilizado) sempre sejam mensurados com base na venda do ativo. Esta revisão teve vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012. Esta revisão não gerou um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia.

- IFRS 1 Adoção Inicial das IFRS (Revisão) - Hiperinflação e Remoção de Datas Fixas para Primeira Adoção (Revisão)

O IASB forneceu orientações sobre como uma entidade deve retomar a apresentação de demonstrações financeiras com base nas IFRS quando sua moeda funcional deixa de estar sujeita à hiperinflação. A revisão teve vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. Esta revisão não gerou nenhum impacto sobre as divulgações da Companhia.

- IFRS 7 Instrumentos financeiros - Divulgação — Exigências Maiores para Divulgação de desconhecimentos

A revisão exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, mas não desconhecidos para permitir que o usuário das demonstrações financeiras entenda a relação entre os ativos que não foram desconhecidos e os passivos correspondentes. Adicionalmente, a revisão exige a divulgação sobre o envolvimento contínuo da entidade com os ativos desconhecidos, para permitir que os usuários avaliem a natureza do envolvimento e os riscos relacionados.

A norma revisada teve vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2011. A Companhia não possui ativos com essas características, portanto não houve impacto sobre suas demonstrações financeiras.

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB - Continuação

2. Pronunciamentos do IFRS que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de hedge de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de hedge de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).

As revisões afetam somente a apresentação e não há impactos na posição financeira ou de desempenho da Companhia. Estas revisões passam a vigorar para exercícios fiscais iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, e serão aplicadas nas demonstrações financeira da Companhia quando se tornarem efetivas.

- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)

Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia verificou que não há impactos desta alteração em suas demonstrações financeiras.

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB -- Continuação

1. Pronunciamentos do IFRS que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações da Companhia, com vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

- IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7

Estas revisões exigem que uma entidade divulgue informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com a IAS 32. A revisão entrará em vigor para os períodos anuais em ou após 1º de janeiro de 2013 e a Companhia verificou que não há impactos nas demonstrações financeiras.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A norma IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição da norma IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido na IAS 39. A norma inicialmente vigorou para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013, contudo, a norma Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015.

Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de hedge e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB -- Continuação

1. Pronunciamentos do IFRS que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

-IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas

A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 Consolidação - Entidades de Propósito Específico.

O IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pelo IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam na IAS 27. Com base nas análises preliminares realizadas, não há expectativa de que a IFRS 10 tenha impacto sobre os investimentos atualmente mantidos pela Companhia.

Esta norma entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013. A Companhia verificou que não há nenhum efeito dessa nova norma em suas Demonstrações Financeiras.

- IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos

O IFRS 11 substitui o IAS 31, Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC-13, Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores. O IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (joint venture) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

A aplicação desta nova norma não terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia.

- IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades

A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas na IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas na IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

2.2. Pronunciamentos técnicos emitidos pelo IASB -- Continuação

1. Pronunciamentos do IFRS que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2012 -- Continuação

- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido. Esta norma terá vigência para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia verificou que não há impacto dessas mudanças em suas demonstrações financeiras.

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia, evidenciando-as, mesmo quando ainda não são aplicáveis por questões operacionais.

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e/ou suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida pelo valor bruto. Os descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas são deduzidos em linha específica na demonstração do resultado. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de óleo e gás

A receita de venda de óleo e gás é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade forem transferidos ao comprador, o que geralmente deverá ocorrer na sua entrega.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

Prestação de serviços

A receita de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas da controlada IPEX é reconhecida à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros previstos de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. Os instrumentos financeiros designados como valor justo através do resultado, que incluem ativos financeiros mantidos para negociação e instrumentos derivativos, são marcados a mercado a cada período, em contrapartida à receita financeira.

3.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo nas datas de aquisição das parcelas adicionais, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Combinação de negócios -- Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações

Determinados colaboradores da Companhia e de suas controladas receberam remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os colaboradores prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais").

O custo de transações com funcionários liquidadas com instrumentos patrimoniais e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza-se de um especialista de precificação externo que emprega um método de valorização apropriado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações--Continuação

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a *performance* e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício é registrado em “despesas de pessoal”, em contrapartida à conta “ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido” e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicionada a um evento de mercado (condição conectada ao preço das ações do Grupo), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com títulos patrimoniais são tratados da mesma forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Transações envolvendo pagamentos em ações--Continuação

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído (Nota 19).

A Companhia não mantém transações envolvendo pagamentos em ações com previsão para liquidação com caixa.

3.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

3.4.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade e expressas em reais.

3.4.2. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente (PTAX de venda publicada pelo BACEN) na data da transação e dos respectivos encerramentos dos exercícios, são reconhecidos como ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo, por meio do resultado dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Derivativos embutidos em contratos principais são contabilizados como derivativos separados quando os seus riscos e características econômicas não são intimamente relacionados com aqueles dos contratos principais e os contratos principais não forem contabilizados a valor justo por meio do resultado. Esses derivativos embutidos são mensurados a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo reconhecidos na demonstração do resultado. Uma nova revisão somente ocorre quando houver uma mudança nos termos do contrato que significativamente altere os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam requeridos.

A Companhia designou ativos financeiros a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são apurados pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros disponíveis para venda--Continuação

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado, quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido. O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia não registrou nenhum ativo financeiro disponível para venda durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado--Continuação

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada - mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado - é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, conta garantida, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia apresentou passivo financeiro a valor justo por meio do resultado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(iii) Passivos financeiros--Continuação

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas, quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(v) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 25.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de commodities e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio, o risco de variação dos preços de commodities e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e, como passivos financeiros, quando o valor justo for negativo.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações:

- ▶ Hedge de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado; ou
- ▶ Hedge de fluxo de caixa ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou
- ▶ Hedge de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Hedges que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

Hedge de valor justo

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* (para instrumento de *hedge* derivativo) ou do componente cambial da sua quantia escriturada medido de acordo com o CPC 02 (para instrumento de *hedge* não derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de *hedge* é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* relacionada ao risco objeto de *hedge* é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de *hedge*, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item objeto de *hedge* numa relação de *hedge*, a variação do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto é reconhecida como um ativo financeiro quando ela for positiva ou como um passivo financeiro quando ela for negativa, com o reconhecimento de um correspondente ganho ou perda na demonstração do resultado. O saldo acumulado no balanço patrimonial, decorrente das variações sucessivas do valor justo do compromisso firme atribuível ao risco coberto, será transferido para o saldo do item objeto de *hedge* no momento do reconhecimento inicial (reconhecimento do saldo das contas a pagar ou das contas a receber).

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Hedge de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Hedges de investimento líquido

Hedges de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive hedge de item monetário que são contabilizados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao hedge de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de hedge relacionado à parte eficaz do hedge são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte ineficaz são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantinha operações de swap para proteção da variação cambial, conforme detalhado na nota explicativa 23.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não utilizou a contabilidade de hedge para nenhum instrumento derivativo.

Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- ▶ Quando a Companhia mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.5. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Classificação entre curto e longo prazo--Continuação

- ▶ Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.
- ▶ Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.7 Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. Os serviços prestados, ainda não faturados na data dos balanços, são contabilizados pelo regime de competência. A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante suficiente para a cobertura de eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Investimento em coligadas e controladas

Conforme requerido pelo ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Financeiras Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo os investimentos em controladas eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, a Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não manteve participações em coligadas.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária em controladas. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado.

A demonstração do resultado da controladora reflete a parcela dos resultados das operações das controladas na rubrica de 'resultado de equivalência patrimonial'. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada e controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará este fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas coligadas e controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida.

A participação societária em controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível proporcional ao percentual de participação.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Investimento em coligadas e controladas--Continuação

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas coligadas e controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas coligadas e controladas sofreram perda por redução do valor recuperável. Se assim for, calcula-se o montante da perda por redução do valor recuperável como a diferença entre aquele e o valor contábil, reconhecendo o montante na demonstração do resultado.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de óleo e gás (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável. As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

3.10. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e incluem os gastos com direitos e concessões, principalmente, os bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessões para exploração de petróleo e gás natural.

Os gastos com exploração, avaliação e desenvolvimento da produção são contabilizados utilizando o método dos esforços bem-sucedidos (*successful efforts method of accounting*).

Custos incorridos antes da obtenção das concessões e gastos com estudos e pesquisas geológicas e geofísicas são lançados ao resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Intangível--Continuação

Os gastos com a exploração e avaliação diretamente associados ao poço exploratório são capitalizados como ativos de exploração e avaliação, até que a perfuração do poço seja completada e seus resultados avaliados. Estes custos incluem salários de funcionários, materiais e combustíveis utilizados, aluguéis de sondas e outros incorridos com terceiros.

Caso não sejam encontradas reservas comerciais, os gastos efetuados em cada poço exploratório serão baixados ao resultado. Se reservas forem encontradas, o custo será mantido no ativo até que avaliações adicionais quanto à comercialidade da reserva de hidrocarbonetos sejam concluídas.

Os ativos exploratórios estão sujeitos a revisões técnicas, comerciais e financeiras, pelo menos anualmente, para confirmar a intenção da Administração de desenvolver e produzir hidrocarbonetos na área. Quando são identificadas reservas provadas e o desenvolvimento é autorizado, os gastos exploratórios da área são transferidos para “ativos de óleo e gás”.

Na fase de desenvolvimento, as inversões para construção, instalação e infraestrutura (como plataformas, dutos e perfuração de poços de desenvolvimento, de delimitação e mal-sucedidos) são capitalizadas como “ativos de óleo e gás”.

Os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas de produção serão estimados e registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, tão logo exista uma obrigação legal ou construtiva de desmantelamento da área. Esta provisão será apresentada como ativo imobilizado em contrapartida ao passivo exigível a longo prazo.

As estimativas dos custos com abandono serão contabilizadas levando-se em conta o valor presente destas obrigações, descontadas a uma taxa de juros livre de risco. Tais estimativas serão revistas pelo menos uma vez por ano ou quando houver indicação de mudanças relevantes, com a conseqüente revisão de cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos. A provisão será atualizada, mensalmente, em base *pró-rata* considerando-se a taxa de desconto livre de risco com a qual terá sido descontada em contrapartida a uma despesa financeira.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Intangível--Continuação

Os ativos de óleo e gás, incluindo os custos para futuro abandono e desmantelamento das áreas, serão depreciados pelo método das unidades produzidas, com base na razão entre a produção de óleo e gás de cada campo no período e suas respectivas reservas provadas desenvolvidas. Para os ativos que beneficiarão toda a vida útil econômica do campo, como bônus de assinatura, bases de apoio, gasodutos e oleodutos, a depreciação será calculada considerando-se a produção do período e as reservas provadas totais.

Instalações e infra-estrutura, cuja vida útil econômica é inferior a vida econômica das reservas do campo, serão depreciados pelo método linear.

3.11 Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Estas perdas serão classificadas em rubrica específica ("perdas no valor recuperável de ativos") na demonstração do resultado.

O valor recuperável de uma determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Em ambos os casos, serão utilizadas estimativas e premissas consideradas razoáveis pela Administração. É possível que a cotação do preço do óleo no mercado internacional varie negativamente, o que pode impactar a economicidade de uma determinada área. A Administração monitora periodicamente os indicadores internos e externos que possam resultar em redução do valor recuperável dos seus ativos.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Provisão para recuperação de ativos--Continuação

que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Provisões--Continuação

Os riscos tributários, cíveis e trabalhistas são avaliados com base na opinião dos consultores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, em função da inexistência de ação com probabilidade de perda provável.

3.13. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social na controladora e nas controladas brasileiras são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente.

3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03.

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

3.17. Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento, para a avaliação do seu desempenho e para que haja informação financeira individualizada disponível.

4. Procedimentos de consolidação

As demonstrações consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 incluem as informações financeiras da controladora e das controladas HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda ("HRTOG"), Integrated Petroleum Expertise Company Ltda ("IPEX"), HRT Africa S.A. ("HRTAF"), HRT Netherlands B.V. ("HRTN"), HRT America Inc. ("HRTA") e Air Amazonia ("AA").

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data na qual a HRT obtém o controle até a data que esse controle deixe de existir. As informações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	-	-	187	58
Bancos	130	18	37.421	56.944
	130	18	37.608	57.002

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Para negociação	318.197	677.632	870.650	909.933
Mantidos até o vencimento	-	319.795	-	524.244
	318.197	997.427	870.650	1.434.177

As aplicações financeiras constituem-se, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, emitidos por bancos de primeira linha. As aplicações financeiras, no Brasil, são remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, enquanto que no exterior a referência é a taxa Libor.

Adicionalmente, conforme descrito na Nota 21, a Companhia possui o valor de R\$143.559 vinculado às garantias, totalizando, portanto, o montante de R\$ 1.014.209.

6. Títulos e valores mobiliários--Continuação

A seguir, apresentamos quadro resumo das aplicações por tipo de instrumento financeiro:

a) Para negociação

Banco	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Certificado de depósito bancário (CDB)						
Banco do Brasil	Maio/14	CDI	-	770	18.126	770
BTG Pactual	Abr/13 a Maio/13	CDI	-	-	210.290	-
Votorantim	Jan/13	CDI	74.668	148.001	128.636	236.610
Standard Bank	-	CDI	-	5.394	-	5.394
HSBC	-	CDI	-	-	-	6.917
			74.668	154.165	357.052	249.691
Operações compromissadas lastreadas em debêntures						
Bradesco	Maio/13	CDI	-	-	102.563	59.576
Itaú BBA	Maio/14	CDI	136.955	8.848	159.669	9.709
Santander	Abr/13 a Dez/14	CDI	106.574	514.596	193.568	590.899
Votorantim	Dez/14	CDI	-	-	-	-
			243.529	523.444	455.800	660.184
Citibank	Jan/13	Time Deposit	-	-	49.654	-
Outros			-	23	8.144	58
Total de aplicações para negociação			318.197	677.632	870.650	909.933

b) Mantidos até o vencimento

Banco	Vencimento	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Certificado de Depósito Bancário (CDB)						
BTG Pactual	30/01/2012	CDI	-	96.669	-	301.118
Operações compromissadas lastreadas em debêntures						
Santander	16/01/2012	CDI	-	223.126	-	223.126
Total de aplicações mantidas até o vencimento			-	319.795	-	524.244

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Agência Nacional de Petróleo - ANP	2.334	702
BP Energy do Brasil Ltda	257	-
Vanco Brasil Exp. e Produção de Petróleo e Gas Natural Ltda	279	-
Statoil do Brasil Ltda	75	-
Bioagri Ambiental Ltda	73	-
Halliburton Serviços Ltda.	-	195
Analytical Technology	17	177
Chinter Consultoria Aduaneira Ltda.	-	167
Outros	342	141
	3.377	1.382

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social	20.714	12.377	38.453	30.114
Imposto sobre serviço	-	-	329	4.189
INSS	-	-	5.369	-
VAT	-	-	7.356	-
Outros	-	-	6.199	403
	20.714	12.377	57.706	34.706

9. Ativo mantido para venda

Em 25 de maio de 2011 a HRTOG exerceu a opção de compra dos 45% de participação da Petra Energia nos direitos exploratórios dos 21 blocos da Bacia do Solimões, conforme previsto no *Third Amendment to Farm Out Agreement*. Para garantir o negócio, apresentou cartas de fiança, por meio de três bancos, no valor total de R\$ 1.288.675 (“Valor da Opção de Compra”). Ao custo de aquisição de R\$ 1.288.675 foi acrescido os gastos diretamente relacionados à aquisição do ativo no montante de R\$ 7.453, totalizando R\$ 1.296.128. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia tinha R\$ 515.470 registrados no passivo circulante e R\$ 515.470 no passivo não circulante, totalizando R\$ 1.030.939.

Em 31 de outubro de 2011 a HRTOG e a subsidiária brasileira da TNK-BP, TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda. (“TNK-Brasil”) assinaram o *Farm-In Agreement (FIA)* relativo à transferência da participação de 45% objetos da opção de compra exercida, o qual estava sujeito à aprovação da ANP em 31 de dezembro de 2011. Conforme os termos acordados entre as partes, a TNK-BP assumiu a obrigação de pagar à HRTOG o valor de USD 1 bilhão em 5 parcelas semestrais. A operação foi aprovada pela ANP no dia 28 de março de 2012.

	Em USD (mil)	Em R\$
Receita da operação	1.000.000	1.821.700
Custo da operação	(879.537)	(1.635.185)
Resultado líquido da operação	120.463	186.515

O Farm In Agreement (“FIA”) com a TNK incluiu ainda a previsão de 5 objetivos “*milestones*” que representam juntos o potencial de ingresso de até USD 250 milhões em datas limites que vão de 2014 a 2018. Esses objetivos estão relacionados com a realização de testes de longa duração, produção, infraestrutura, reservas e monetização de gás na Bacia do Solimões.

O FIA com a TNK incluiu também um acordo para opção de compra pela TNK (call) ou venda pela HRT (put) de 10% adicionais dos direitos exploratórios no Solimões (Put and Call Option Agreement) que serão à época avaliados por valor de mercado.

A HRTOG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consórcio Solimões sem a participação proporcional da TNK-BP, no montante total de desembolsos equivalente a US\$ 175 milhões.

10. Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				
Costa Porto Logística International	-	-	-	3.881
IEC Instalações	-	-	-	1.918
Aeróleo Taxi Aéreo	-	-	-	1.233
International Chamber of Commerce	-	-	-	823
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	8.174	-
Outros	151	97	2.016	3.209
	151	97	10.190	11.064
Não circulante				
Queiroz Galvão Óleo & Gás	-	-	12.706	21.954
	-	-	12.706	21.954
	151	97	22.896	33.018

O valor adiantado à Queiroz Galvão refere-se a cláusula 24.2 dos contratos das Sondas QG-VIII e QG-IX os quais passaram a ser descontados do faturamento mensal das Sondas a partir de outubro de 2012.

11. Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Mobilização	-	-	-	4.167
Aluguel Escritório	-	-	239	-
Seguros	-	7	1.510	3.299
Outros	82	86	262	926
	82	93	2.011	8.392

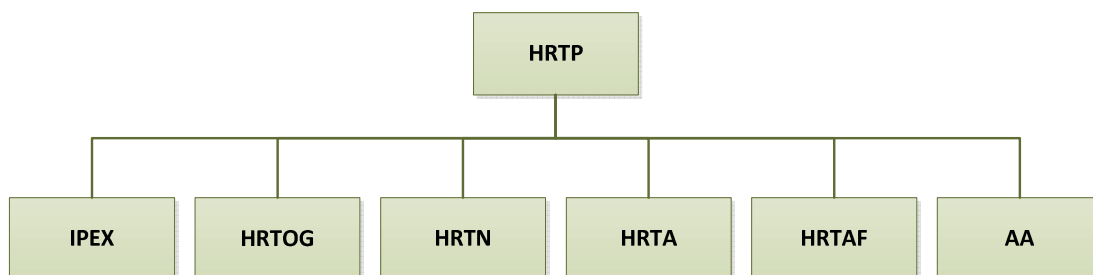
Seguros

Referem-se aos prêmios de seguro pagos conforme descrito na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo remanescente é de R\$ 1.510 e será amortizado, mensalmente, de acordo com a vigência dos contratos.

12. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava a seguinte estrutura de participações diretas em empresas controladas:



► **IPEX - Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda. (“IPEX”)**

A controlada foi constituída em 31 de julho de 2004 sob a denominação de High Resolution Technology & Petroleum Ltda., para atuar na prestação de serviços de pesquisas geofísicas e geológicas, dentro da atividade de exploração de petróleo no Brasil. Em 2009, a razão social da controlada foi alterada para Integrated Petroleum Expertise Company - Serviços em Petróleo Ltda.

► **HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. (“HRTOG”)**

A controlada foi constituída em 20 de julho de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tendo como objeto social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

A HRTOG detém atualmente 55% dos direitos de exploração em dois Consórcios (BT-SOL 4 e BT-SOL 4A) compreendendo um total de vinte e um blocos da Bacia de Solimões.

A HRTOG em 31 de dezembro de 2012, possui um percentual de participação de 7,91% do capital da HRTAF.

Em 15 de outubro de 2012 a Companhia anunciou que sua subsidiária HRT O&G, Petrobras e TNK-Brasil firmaram um Protocolo de Intenções para monetização do gás da Bacia do Solimões. O objetivo do Protocolo é integrar esforços para avaliar a viabilidade técnica, econômica, ambiental, financeira, jurídica, regulatória e tributária para a implementação da monetização do gás natural vinculado às concessões em áreas contíguas ao Campo de Juruá.

12. Investimentos--Continuação

O Protocolo tem prazo de vigência de 6 meses, podendo ser prorrogado mediante aditivo e não acarreta obrigação de firmar negócios futuros.

Desde 2011 a controlada foi qualificada pela ANP, também, como “Operadora “B”, ou seja, está autorizada a atuar tanto em blocos *onshore* (operadora “A”) quanto em *offshore*, neste caso, até 400 metros de profundidade.

► HRT Netherlands B.V. (“HRTN”)

A controlada foi constituída em 15 de junho de 2010, com sede em Amsterdam, na Holanda, tendo como objeto social atividades relacionadas a petróleo e gás, exportação e importação, operações de *leasing* e participação em sociedades, dentre outras.

► HRT America Inc (“HRTA”)

Em 04 de março de 2011, foi constituída a HRT America Inc. (HRTA), incorporada sob as leis do estado de Delaware e com instalações em Houston (EUA). A controlada foi constituída basicamente para prestar serviços de geologia e geofísica para as coligadas, principalmente para a HRTAF e suas controladas.

► HRT Africa (“HRTAF”)

A controlada, inicialmente denominada Labrea Petroleo S.A. teve a alteração de sua denominação social para HRT Africa, aprovada em 30 de março de 2011 pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e tem como objetivo social: (i) a exploração, o desenvolvimento e a produção de petróleo e gás natural; (ii) a importação, exportação, refino, comercialização e distribuição de petróleo, gás natural, combustível e produtos derivados de petróleo; (iii) a geração, comercialização e distribuição de energia elétrica; e (iv) a participação em outras sociedades.

Em 17 de junho de 2011 foi constituída a filial da HRT África na Namíbia.

Durante o exercício de 2012 a HRTP promoveu uma reestruturação societária, simplificando a estrutura societária do grupo e centralizando os ativos localizados na República da Namíbia em subsidiárias namibianas criadas com este objetivo.

Como parte dessa reestruturação, a HRT Canada Inc. (HRTC) foi aportada à HRT Africa e mais duas empresas namibianas foram criadas: HRT Walvis e HRT Luderitz. Dessa forma, os ativos que o grupo detém licença exploratória na República da Namíbia ficaram consolidados sob uma única estrutura societária, tendo como matriz, a HRTAF no Brasil.

12. Investimentos--Continuação

A HRTAF possui participação em dois blocos na Bacia do Recôncavo, um bloco na Bacia do Rio do Peixe e um bloco na Bacia do Espírito Santo.

► Air Amazonia Serviços Aéreos Ltda. (“AA”)

Em 18 de março de 2011, a HRTF procedeu ao registro da Air Amazônia Serviços Aéreos Ltda. na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo principal de viabilizar a logística aérea no transporte de pessoas e equipamentos relacionados às atividades de óleo e gás, na campanha exploratória na Bacia do Solimões.

Em 06 de novembro de 2012 a HRT Participações em Petróleo S.A. informou que celebrou um Termo de Compromisso não vinculante com a empresa americana Erickson Air-Crane Inc. (Compradora) para a transferência de seus negócios de logística aérea. Esse contrato está sujeito a processo de Due Diligence por um período de até 180 dias, após o que deverão ser confirmadas suas condições, para posterior apreciação do Conselho de Administração de ambas as Companhias.

A transação envolve a transferência da totalidade de sua frota de asa rotativa (14 helicópteros) e prevê que a Compradora prestará serviços aéreos para o Grupo HRT por um período de 3 anos. O Contrato de Serviços estará sujeito à aprovação do Comitê Gestor da Joint Venture entre a HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. e TNK-Brasil Exploração e Produção de Óleo e Gás Natural Ltda., que detém direitos exploratórios de 21 blocos na Bacia do Solimões.

12. Investimentos--Continuação

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2012 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras e dos seguintes Petroleum Exploration Licence nas bacias Namibianas:

País	Bacia	Bloco	Operador	% HRT
Brasil	Solimões	SOL-T-169	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-168	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-170	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-191	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-148	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-149	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-192	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-214	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-215	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-216	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-217	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-172	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-194	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-195	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-151	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-174	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-197	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-196	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-218	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-219	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Solimões	SOL-T-220	HRTOG	55% HRTOG; 45% TNK Brasil
Brasil	Espírito Santo	ES-T-400	HRTAF	90% Cowan; 10% HRTAF
Brasil	Recôncavo	REC-T-158	HRTAF	90% Cowan; 10% HRTAF
Brasil	Recôncavo	REC-T-240	HRTAF	90% Cowan; 10% HRTAF
Brasil	Rio do Peixe	RIOP-T-75	HRTAF	90% Cowan; 10% HRTAF
Namíbia	Orange	PEL028	HRT Luderitz	40% HRT Luderitz ; 40% HRTC; 20% Acarus
Namíbia	Orange	PEL024	Kunene	100% Kunene
Namíbia	Orange	PEL022	Orange	100% Orange
Namíbia	Walvis	PEL023	HRT Walvis	100% HRT Walvis
Namíbia	Namibe	PEL017	Sintezneftegaz	2,87% Kunene;

Em 26 de novembro de 2012 foi anunciado a celebração de Contrato de Farm-Out com a companhia Galp Energia com relação à cessão de 14% de participação sobre os direitos exploratórios em três (3) Licenças Exploratórias de Petróleo ("PEL") no offshore da Namíbia - PEL 23, 24 e 28. Em 31 de dezembro de 2012, a finalização da transação estava condicionada à aprovação do Ministério das Minas e Energia ("MME") do Governo da Namíbia, o que ocorreu em 24 de janeiro de 2013, conforme descrito na nota 27.

12. Investimentos--Continuação

De acordo com os termos acordados, a Galp Energia irá carregar parte dos custos das operações da HRT, inerentes à perfuração dos blocos pioneiros, até um determinado limite. Este previsto no programa de exploração a perfuração de três poços exploratórios, em prospectos já identificados e definidos.

a) Composição do investimento

	Controladora	
	31/12/2012	31/12/2011
HRT O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.	1.820.451	1.375.143
Integrated Petroleum Expertise Company Serviços em Petróleo Ltda.		
IPEX	(4.303)	5.350
HRT Netherlands B.V.	211.023	175.007
HRT África	1.468.334	52.671
HRT America	13.334	3.545
HRT Canadá	-	1.660.099
Air Amazonia	(64.502)	(1.922)
	3.444.337	3.269.893

b) Movimentação do investimento

	HRT OG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	HRT CANADÁ	AIR AMAZONIA	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	1.375.143	5.350	175.007	52.671	3.545	1.660.099	(1.922)	3.269.893
Aumento de capital	484.360	-	61.870	106.034	1.836	-	1.015	655.115
Incorporação da UNX pela HRT Africa	-	-	-	1.253.569	-	(1.253.569)	-	-
IR diferido sobre incorporação (**)	-	-	-	89.676	-	(406.530)	-	(316.854)
Operações de derivativos	(9.393)	-	-	-	-	-	-	(9.393)
Resultado de equivalência patrimonial	(31.645)	(1.924)	4.150	(84.029)	7.072	-	7.733	(98.643)
Resultado de transações entre partes relacionadas	-	(7.729)	(49.008)	-	-	-	(71.328)	(128.065)
Ajuste acumulado de conversão	1.986	-	19.004	50.413	881	-	-	72.284
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.820.451	(4.303)	211.023	1.468.334	13.334	-	(64.502)	3.444.337

	HRT O&G	IPEX	HRT BV	HRT África	HRT América	HRT Canadá	AIR Amazonia	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2011	493.051	4.942	27.659	30.119	-	-	-	555.771
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.400	-	-	-	-	4.365	10.765
Aquisição da UNX	-	-	-	-	-	76.844	-	76.844
Intangíveis identificáveis na aquisição da UNX (*)	-	-	-	-	-	1.195.677	-	1.195.677
Ativo fiscal diferido oriundo de combinação de negócios (*)	-	-	-	-	-	406.530	-	406.530
Aumento de capital	1.184.785	-	136.437	21.053	13.523	-	2.500	1.358.298
Variação no percentual de participação	(9.866)	-	-	9.866	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(309.965)	(5.992)	(8.782)	(10.653)	(11.226)	(23.384)	(8.787)	(378.789)
Variação nos instrumentos derivativos	7.616	-	-	-	-	-	-	7.616
Ajuste acumulado de conversão	9.522	-	19.693	2.286	1.248	4.432	-	37.181
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.375.143	5.350	175.007	52.671	3.545	1.660.099	(1.922)	3.269.893

(*) O ágio apurado na aquisição da HRT Canadá (ex-UNX) é composto por dois valores: (i) R\$ 1.195.677 referentes à diferença entre o valor justo e o acervo contábil da Companhia; e (ii) R\$ 406.530 referentes ao imposto de renda diferido, gerado sobre o ágio.

(**) Em razão da reestruturação societária efetuada ao longo do segundo trimestre, a parcela do ágio e do passivo fiscal diferido que dele se originou na aquisição da HRT Canadá (antiga UNX) relativa ao efeito da diferença entre as bases contábeis e fiscais dos ativos adquiridos aplicada a alíquota efetiva de tributação no Canadá de 26,5% foi transferido (*pushed down*) para a controlada HRT África. A tributação adicional a ser oferecida no Brasil de 7,5%, decorrente da diferença da alíquota fiscal Brasileira de 34% e a alíquota Canadense permanece na controladora, assim como o correspondente ágio por rentabilidade futura.

12. Investimentos--Continuação

c) Informações relevantes sobre as investidas

	HRT OG	IPEX	HRT BV	HRT ÁFRICA	HRT AMÉRICA	AIR AMAZONIA
Participação direta	99,99%	99,99%	100%	8%	100%	100%
Participação indireta	-	-	-	92%	-	-
Patrimônio líquido	1.860.000	3.426	260.031	1.404.158	13.334	6.826
Prejuízo do exercício	(31.645)	(1.924)	4.150	(95.545)	7.071	7.733
Receita entre partes relacionadas (*)	-	7.729	49.008	-	20.561	71.328
Total dos ativos	1.985.445	8.615	263.513	1.533.519	17.000	19.856

(*) A receita entre partes relacionadas da IPEX, HRT BV e AA foi eliminada contra a rubrica de intangível para fins de consolidação.

13. Imobilizado

a) Composição do saldo

	Taxa de depreciação (%)	Consolidado			
		Custo	Depreciação	Var. Cambial	Saldo em 2011
Em operação					
Aeronaves	10	150.459	(26.396)	9.774	133.838
Esculturas		26	-	-	26
Embarcações	10	694	(81)	-	613
Máquinas e equipamentos	10	12.170	(2.382)	-	9.788
Móveis e utensílios	10	6.527	(1.797)	96	4.826
Equipamentos de comunicação	20	537	(178)	-	359
Veículos	20	10.022	(2.736)	76	7.362
Equipamentos de informática	20	10.713	(4.255)	131	6.589
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	68.341	(8.063)	116	60.394
Instalações	10	9.406	(852)	233	8.787
Em andamento					
Material para uso e consumo (poços)		39.446	-	-	39.446
Adiantamento para aquisição de guindastes		5.450	-	191	5.641
Adiantamentos para aquisição de sonda		110.371	-	4.737	115.108
Outros		1.085	-	-	1.085
		425.247	(46.739)	15.354	393.862
					323.268

b) Movimentação do saldo

	Saldo em 01/01/2012	Adições	Depreciação	Var. Cambial	Saldo em 31/12/2012
Em operação					
Aeronaves	131.460	15.488	(22.884)	9.774	133.838
Esculturas	26	-	-	-	26
Embarcações	682	26	(95)	-	613
Máquinas e equipamentos	7.631	3.174	(1.017)	-	9.788
Móveis e utensílios	5.231	344	(845)	96	4.826
Equipamentos de comunicação	460	24	(125)	-	359
Veículos	9.254	1.013	(2.981)	76	7.362
Equipamentos de informática	6.002	3.580	(3.124)	131	6.589
Benfeitorias em imóveis de terceiros	62.965	-	(2.687)	116	60.394
Instalações	7.888	1.198	(532)	233	8.787
Em andamento					
Material para uso e consumo (poços)	36.534	2.912	-	-	39.446
Adiantamento para aquisição de guindastes	2.136	3.314	-	191	5.641
Adiantamento para aquisição de sonda	52.986	57.385	-	4.737	115.108
Outros	13	1.073	-	-	1.085
Total	323.268	89.531	(34.291)	15.354	393.862

13. Imobilizado--Continuação

	Saldo em 01/01/2011	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2011
<u>Em operação</u>				
Aeronaves	6.163	132.981	(7.684)	131.460
Esculturas	26	-	-	26
Embarcações	-	694	(12)	682
Máquinas e equipamentos	4.028	4.262	(659)	7.631
Móveis e utensílios	3.004	2.611	(384)	5.231
Equipamentos de comunicação	116	406	(62)	460
Veículos	164	9.823	(733)	9.254
Equipamentos de informática	2.980	4.253	(1.231)	6.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8.855	59.082	(4.972)	62.965
Instalações	8	8.180	(300)	7.888
<u>Em andamento</u>				
Material para uso e consumo (poços)	13.066	23.468	-	36.534
Adiantamento para aquisição de guindastes	-	2.136	-	2.136
Adiantamento para aquisição de sonda	-	52.986	-	52.986
Outros	3	10	-	13
Total	38.413	300.892	(16.037)	323.268

14. Intangível

a) Composição do saldo

	Taxa de amortização (%)	Consolidado	
		31/12/2012	31/12/2011
Ativos de petróleo e gás			
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	(*)	167.095	167.095
Bônus de assinatura - aquisição da HRTAF	(*)	53.854	53.854
Bônus de assinatura - aquisição da HRTC	(*)	1.222.485	1.222.485
Bônus de assinatura - aquisição da participação da Vienna em empresas (Limpet, Harmony e Acarus)	(*)	56.218	56.218
Gastos exploratórios	(*)	810.270	279.428
Softwares e outros	20	11.018	7.858
Ágio	(**)	406.530	406.530
		2.727.470	2.193.468
Amortização acumulada		(4.059)	(2.626)
Total		2.723.411	2.190.842

b) Movimentação do saldo

	01/01/2012	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2012
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	167.095	-	-	-	167.095
Bônus de assinatura - aquisição de HRTAF	53.854	-	-	-	53.854
Bônus de assinatura - aquisição de HRTC	1.222.485	-	-	-	1.222.485
Bônus de assinatura - aquisição da participação da Vienna em empresas	56.218	-	-	-	56.218
Gastos exploratórios	279.428	574.957	(44.115)	-	810.270
Softwares e outros	5.232	3.043	-	(1.316)	6.959
Ágio	406.530	-	-	-	406.530
	2.190.842	578.000	(44.115)	(1.316)	2.723.411

14. Intangível - continuação

b) Movimentação do saldo

	01/01/2011	Adição	Baixas	Amortização	31/12/2011
Bônus de assinatura - Bacia do Solimões	108.492	58.603	-	-	167.095
Bônus de assinatura - aquisição de controlada - Nota 10	53.854	-	-	-	53.854
Bônus de assinatura - aquisição de HRTC	-	1.222.485	-	-	1.222.485
Bônus de assinatura - aquisição da participação da Vienna em empresas	-	56.218	-	-	56.218
Gastos exploratórios	7.659	271.769	-	-	279.428
Softwares	3.593	3.054	-	(1.418)	5.229
Ágio	-	406.530	-	-	406.530
Outros	3	-	-	-	3
	173.601	2.018.659	-	(1.418)	2.190.842

(*) Os bônus de assinatura e gastos exploratórios serão amortizados pelo método das unidades produzidas, considerando a produção de cada concessão e o volume de reservas. Caso não sejam identificadas reservas de hidrocarbonetos economicamente viáveis, estes gastos serão lançados no resultado.

(**) Este ágio foi gerado no momento da aquisição da HRT Canadá (vide nota 18)

Em 31 de dezembro de 2012, foram lançados no resultado o valor de R\$ 44.115 referentes aos gastos exploratórios do poço 4-HRT-7D-AM, declarado "sem capacidade produtiva".

A HRTOG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consórcio Solimões sem a participação proporcional da TNK-BP, no montante total de desembolsos equivalente a US\$ 175 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 o montante ainda não utilizado corresponde a, aproximadamente, US\$ 37 milhões.

14. Intangível - continuação

b) Movimentação do saldo

Segue abaixo o bônus de assinatura referente a cada bloco:

Blocos	31/12/2012	31/12/2011
Onshore		
SOL-T-148	664	664
SOL-T-149	3.966	3.966
SOL-T-168	10.492	10.492
SOL-T-169	5.802	5.802
SOL-T-170	7.019	7.019
SOL-T-191	9.903	9.903
SOL-T-192	10.561	10.561
SOL-T-214	9.892	9.892
SOL-T-215	10.553	10.553
SOL-T-216	10.553	10.553
SOL-T-217	10.553	10.553
SOL-T-151	8.593	8.593
SOL-T-172	3.304	3.304
SOL-T-174	10.567	10.567
SOL-T-194	8.049	8.049
SOL-T-195	4.400	4.400
SOL-T-196	5.940	5.940
SOL-T-197	10.561	10.561
SOL-T-218	5.278	5.278
SOL-T-219	9.892	9.892
SOL-T-220	10.553	10.553
Total Solimões	167.095	167.095
ES-BT-400	100	100
RIOP-T-75	3	3
REC-T-158	51	51
REC-T-240	11	11
Total outros onshore no Brasil	165	165
Total de bonus onshore	167.260	167.260
Offshore		
PEL 0023	53.689	53.689
PEL 0028	47.312	47.312
PEL 0024	1.118.865	1.118.865
PEL 0022	109.968	109.968
PEL 0017	2.558	2.558
Total de bonus offshore	1.332.392	1.332.392
Total de bônus de assinatura	1.499.652	1.499.652

15. Empréstimos (consolidado)

	Saldo em 31/12/12	Saldo em 31/12/11
Circulante		
Banco Safra	1.890	-
Outros	84	-
	<u>1.974</u>	<u>-</u>
Não Circulante		
Banco Safra	1.260	-
Total	<u>3.234</u>	<u>-</u>

A controlada HRT O&G assinou em janeiro de 2012 um contrato de financiamento com o banco Safra, no valor de R\$ 3.011, com prazo de 36 meses. A amortização será em 6 parcelas semestrais de R\$ 630, sendo que a primeira venceu a em julho de 2012.

16. Arrendamento mercantil operacional (arrendatário)

Sondas helitransportáveis arrendadas da companhia Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A..

Queiroz Galvão

A controlada HRTOG (arrendatária) possui contratos de arrendamento e de prestação de serviços de duas sondas helitransportáveis com a Queiroz Galvão (arrendadora) firmados em 03 de agosto de 2010, com vigência de 4 anos, contada a partir de 15 de abril de 2011.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

Pagamentos futuros mínimos (Em US\$ mil)	
Ano 1	15.534
Ano 2	13.870
Ano 3	3.229
	<u>32.633</u>

17. Tributos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PIS e COFINS sobre Importação de serviços	-	-	1.910	-
Imposto sobre serviços	45	40	3.025	550
Imposto sobre operações financeiras	-	-	-	339
IRRF sobre serviços	1.322	431	5.206	3.718
Contribuição social sobre serviços	60	43	7.698	2.964
INSS	1.549	233	12.067	5.072
FGTS	32	135	906	909
Outros	9	10	4.436	116
	3.017	892	35.248	13.668

18. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2012	31/12/2011
Prejuízo do período antes do IRPJ e CSLL	(149.497)	(289.101)
Adições permanentes	131.814	399.534
Exclusões permanentes	-	(16.366)
Base de cálculo para apuração do IRPJ e CSLL	(17.683)	94.067
Imposto de renda corrente	-	(23.493)
Contribuição social corrente	-	(8.466)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(31.959)
Prejuízo fiscal de anos anteriores	-	28.220
Imposto de renda diferido	-	7.031
Contribuição social diferido	-	2.541
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	9.572
Imposto de renda e contribuição social	-	22.387

Empresas	Prejuízo fiscal		Crédito fiscal	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
HRTP	23.085	7.209	7.849	2.451
HRTOG	343.852	322.749	116.910	96.825
IPEX	7.136	5.922	2.426	2.013
HRTAF	8.546	6.577	2.906	2.236
AA	21.344	8.878	7.257	2.988
Total	403.963	351.335	137.348	106.513

Prejuízos fiscais a compensar gerados no Brasil, não expiram e são compensados com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% a cada exercício. Em razão da ausência de histórico de rentabilidade e das incertezas envolvendo o ramo de atividade da Companhia, a Administração optou, conservadoramente, por não reconhecer contabilmente estes créditos tributários, os quais serão reconhecidos à medida que são compensados.

18. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido está como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos				
Diferença temporária sobre ativos reconhecidos a valor justo em combinação de negócios	89.676	406.530	406.530	406.530
Outros	24.577	-	25.295	862
	114.253	406.530	431.825	407.392

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui um saldo de R\$ 406.530 referente ao imposto de renda diferido decorrente do ágio na aquisição da HRT Canadá, devido a não dedutibilidade do mesmo para fins de legislação Canadense. O recolhimento deste imposto está condicionado a realização dos ativos intangíveis das subsidiárias da HRT Canadá na Namíbia.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 3.817.130 está representado por 295.412.650 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O capital autorizado da Companhia é de R\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de reais). Vale mencionar que, em 27 de abril de 2012 foi aprovado em assembleia geral ordinária e extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia à razão de 1/50, de forma que cada ação de emissão da Companhia passe a ser representada por 50 (cinquenta) ações.

Foram realizados aumentos de capital mediante a emissão de ações da mesma espécie, conforme demonstrado a seguir:

Datas	Valor	Nº de ações (a)
Capital social total em 01 de janeiro de 2012	3.809.535	292.812.350
Integralização de warrants	6.480	866.250
Integralização de opção de ações	1.115	1.734.050
Capital social total em 31 de dezembro de 2012	3.817.130	295.412.650

(a) O número de ações já considera o desdobramento à razão de 1/50.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Aquisição da HRT Canadá (antiga UNX)

Em 29 de abril de 2011, foi aprovado novo aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 1.272.521.250,00 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões quinhentos e vinte e um mil e duzentos e cinquenta reais), o qual passou de R\$ 2.503.519.771,03 (dois bilhões, quinhentos e três milhões, quinhentos e dezenove mil, setecentos e setenta e um reais e três centavos) para R\$ 3.776.041.021,03 (três bilhões, setecentos e setenta e seis milhões, quarenta e um mil e vinte e um reais e três centavos), mediante emissão de 652.575 ações.

O custo de emissão dessas ações totaliza R\$5.951.000 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e um mil reais) e foi contabilizado em conta redutora do capital social no período, como gastos com emissão de ações, líquido dos seus efeitos fiscais.

Aos acionistas que participaram, conforme previsto, no *Private Placement Memorandum (PPM)*, da oferta privada de ações em outubro e novembro de 2009, foram outorgados bônus do tipo *equity*, que concede a seus titulares, durante um período de até quatro anos após a conclusão da oferta pública inicial de ações, ocorrida em outubro de 2010, o direito de subscrever ações ordinárias adicionais de emissão da Companhia.

Este direito de subscrição, que equivale à metade do número de ações que cada investidor subscreveu nas respectivas colocações ocorridas em 2009, considerando os desdobramentos ocorridos, está assim distribuído: (i) 21.774.500 ações de emissão da Companhia a um preço de exercício de R\$7,39 (sete reais e trinta e nove centavos) para a colocação ocorrida em 08 de outubro de 2009 e (ii) 27.098.000 ações ao preço de subscrição de R\$7,31 (sete reais e trinta e um centavos) para a colocação ocorrida em 06 de novembro de 2009, totalizando, portanto, 48.872.500 ações.

Em 31 de dezembro de 2012 haviam sido subscritas e integralizadas 27.203.950 ações equivalentes a R\$ 199.571.189,14 (cento e noventa e nove milhões quinhentos e setenta e um mil cento e oitenta e nove reais e quatorze centavos), sendo o saldo remanescente a subscrever e integralizar de 21.668.550 ações que representa um montante de R\$ 159.561.592,57 (cento e cinquenta e nove milhões quinhentos e sessenta e um mil quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos).

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.2. Remuneração com base em participação acionária

A Companhia aprovou em 14 de maio de 2010, o Primeiro Programa de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações (*Stock Options*), no total de 10.342 ações, 103.420 ações após o desdobramento ocorrido em outubro de 2010. Deste total já foram emitidas e exercidas 83.755 ações, de um total de 92.913 opções exercíveis (90%) e 8.746 canceladas.

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração registrou a despesa relativa a este plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ('Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária') no montante de R\$ 1.308.

O Conselho de Administração da Companhia propôs a criação de dois novos planos de incentivos, a serem administrados e implementados pela Diretoria Executiva.

Em 27 de abril de 2011, em Assembleia Geral de Acionistas, os planos de incentivo de longo prazo foram aprovados com o objetivo de (i) atrair e reter colaboradores chaves da Companhia e suas subsidiárias e (ii) premiar colaboradores em função de seus respectivos desempenhos. Os planos permitem o pagamento dos bônus em moeda corrente e/ou ações.

A distribuição de ações aos colaboradores nos dois planos não pode exceder, a qualquer momento, o limite de 5% do total de ações em circulação.

Os programas foram propostos pelo Conselho de Administração, assessorados pelo Comitê de Compensação e Remuneração e são administrados e implementados pela Diretoria Executiva da Companhia.

Em 09 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opções de subscrição de até 5.525.850 ações da Companhia aos administradores e colaboradores estratégicos da Empresa, objetivando não só a retenção destes colaboradores considerados importantes, como a estabilidade necessária à continuidade das atividades do Grupo HRT. Em 3 de setembro de 2012 foram outorgadas 5.500.000 ações.

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.2. Remuneração com base em participação acionária

Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 10 (*IFRS 2*) - Pagamentos baseados em ações, o valor justo do instrumento patrimonial foi mensurado na data da outorga das opções, utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes Merton* baseado com as seguintes premissas:

Total de opções concedidas	5.500.00
Preço por ação (em reais)	R\$ 2,22
Valor justo da opção na data da outorga (em reais)	R\$ 5,55
Volatilidade média estimada do preço por ação	127,49%
Taxa média de retorno livre de risco	8,74%
Duração da opção	3 anos

Em 31 de dezembro de 2012, a Administração registrou a despesa relativa ao plano de opções na rubrica 'despesas de pessoal' no resultado do exercício, em contrapartida a uma conta específica do patrimônio líquido ('Ajuste de avaliação patrimonial - Remuneração com base em participação acionária') no montante de R\$ 17.810. Este valor foi apurado levando-se em consideração a diferença entre o valor justo das ações e o seu preço, calculada pelo método *pró-rata temporis* entre o período transcorrido desde a data da outorga até a data da apresentação das demonstrações financeiras exercidas.

Em 31 de dezembro de 2012, levando-se em consideração as premissas do programa, já foram emitidas e exercidas 554.250 ações, que representam 26% de um total de 2.113.696 opções exercíveis.

Os efeitos da remuneração com base em opções para compra de ações, abrangendo todas as opções concedidas e em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do exercício, são os seguintes:

	1º programa	2º programa	Total registrado no resultado do exercício	Total registrado no patrimônio líquido
2010	16.047		16.047	16.047
2011	9.589	-	9.589	9.589
2012	1.308	17.810	19.118	19.118
2013	31	7.450		
2014	-	2.336		
2015	-	31		
	26.975	27.627	44.754	44.754

19. Patrimônio líquido--Continuação

19.3. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Uma vez que a Companhia apresentou prejuízo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a conversão das ações potenciais teria um efeito antidilutivo, razão pela qual presumisse a não conversão, conforme requer o CPC 41. Assim, o resultado básico e dilutivo por ação são iguais.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Apuração do resultado básico e diluído por ação	31/12/2012	31/12/2011
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(277.566)	(304.035)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	6.056.580	5.370.442
Resultado básico e diluído por ação	(0,046)	(0,056)

20. Transações com partes relacionadas

Contratos entre partes relacionadas

As operações comerciais da H RTP com suas controladas são efetuadas a preços e condições normais de mercado.

Parte Relacionada Contratante	Parte Relacionada Contratada	Natureza do Contrato	Valor Contratado (em milhares)	Vigência
HRT OG	Air Amazonia	Prestação Serviços	R\$ 500	Janeiro 2012 renovado automaticamente
HRT OG	IPEX	Prestação Serviços	R\$ 19.240	Janeiro 2012 a Janeiro 2014
HRT OG	IPEX	Software License	R\$ 998	Dezembro 2010 a Dezembro 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 218	Fevereiro 2011 a Fevereiro 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 72	Março 2011 a Março 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 36	Maio 2011 a Maio 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 43	Maio 2011 a Maio 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 71	Agosto 2011 a Agosto 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 56	Novembro 2011 a Novembro 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 58	Dezembro 2011 a Dezembro 2013
HRT OG	HRT Netherland	Aluguel Aeronaves	\$ 39	Fevereiro 2012 a Fevereiro 2014
HRT Canada	IPEX	Prestação Serviços	Lista de Preços	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Canada	HRT America	Prestação Serviços	Lista de Preços	Outubro 2012 a Dezembro 2014
HRT Lux	HRT Africa	Prestação Serviços	\$ 50	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	HRT Luderiz	Prestação Serviços	\$ 50	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	HRT Walvis	Prestação Serviços	\$ 50	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	HRT Orange	Prestação Serviços	\$ 50	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	HRT Kunene	Prestação Serviços	\$ 50	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	IPEX	Prestação Serviços	Lista de Preços	Setembro 2012 a Setembro 2013
HRT Lux	HRT America	Prestação Serviços	Lista de Preços	Outubro 2012 a Dezembro 2014

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores da Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 11.690 (R\$ 7.378 em 2011).

Além disso, a Companhia reconheceu, conforme normas contábeis em vigor, despesa no valor de R\$ 9.437 (R\$ 2.169 em 2011) a título de remuneração baseada em ações, concedida ao amparo do programa mencionado na nota explicativa 19.3.

21. Garantias e compromissos

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem diversos contratos com fornecedores para a atividade de Exploração, que em sua maioria são do tipo “guarda-chuva” e envolvem prestação de serviços, materiais e equipamentos com vencimentos diversos, abrangendo, principalmente, a locação e operação de sondas, serviços de perfuração, fornecimento de combustível, sísmicas, entre outros.

Em 28 de junho de 2012 foi assinado o compromisso junto à Transocean Group para utilização da plataforma Marianas na campanha exploratória dos ativos na República da Namíbia, por um período de 280 dias a partir de fevereiro de 2013. Para tanto, foram exigidas garantias no valor total de USD 50 milhões.

Em 19 de dezembro de 2012 foi assinado o compromisso junto à Services Petroliers Schlumberger para prestação de serviços relacionados à perfuração dos poços na Namíbia. Foi exigido uma garantia no valor total de USD 20 milhões.

Portanto, em 31 de dezembro de 2012 haviam sido emitidas cartas de crédito pelo Citibank NA (NY) no valor total de USD 70 milhões com término em 31 de dezembro de 2013. A Companhia disponibilizou como colateral, a constituição de depósito (pledge) de valor equivalente, junto à mesma instituição, cujo valor representa R\$ 143.559 em 31 de dezembro de 2012.

21. Garantias e compromissos --Continuação

Dos 21 blocos sob concessão na Bacia de Solimões, 19 encontram-se no segundo período exploratório com compromisso mínimo de perfuração de 1 poço por bloco, até o horizonte lito-estratigráfico formação Juruá e 2 blocos encontram-se no primeiro período exploratório e possuem o compromisso mínimo de aquisição de dados sísmicos e levantamento aerogeofísico, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Blocos	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividade realizada	Observação
SOL-T-169	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-2-AM e Poço 1-HRT-8-AM	Pedido para extensão do período da 2ª Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-168/ SOL-T-170/ SOL-T-191	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-3-AM; Poço 1-HRT-1-AM Poço 1-HRT-6-AM Poço 1-HRT-9-AM	Pedido para extensão do período da 2ª Fase exploratória protocolada na ANP.
SOL-T-148/ SOL-T-149/ SOL-T-172/ SOL-T-194/ SOL-T-195	2º Período	2014	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-4-AM Poço 4-HRT-7D-AM	
SOL-T-151/ SOL-T-174/ SOL-T-192/ SOL-T-197/ SOL-T-214/ SOL-T-215/ SOL-T-216/ SOL-T-217	2º Período	2013	1 poço por bloco até Fm. Juruá	Poço 1-HRT-5-AM Poço 1-HRT-10-AM Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	Pedido de prorrogação de prazo da Fase Exploratória apresentado à ANP para mais 4 anos.
SOL-T-196/ SOL-T-218	2º Período	2013	1 poço por bloco até Fm. Juruá (vinculado ao compromisso do SOL-T-195)	Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	-
SOL-T-219/ SOL-T-220	1º Período	2013	Aquisição de dados sísmicos Levantamento aerogeofísico	Levantamento de dados aerogeofísicos e geoquímicos, sem perfuração de poços e sem aquisição sísmica.	-

A HRTOG comprometeu-se a custear os investimentos no âmbito do programa exploratório do consórcio Solimões sem a participação proporcional da TNK-BP, no montante total de desembolsos equivalente a US\$ 175 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 o montante ainda não utilizado corresponde a US\$ 37 milhões.

21. Garantias e compromissos --Continuação

Em relação ao programa exploratório mínimo das licenças da Namíbia, temos os seguintes compromissos assumidos:

PEL	Período exploratório	Término em	Programa exploratório mínimo	Atividade realizada
022 (blocos 2815, 2816 e 2915)	1º Período	2014	USD 3,1MM 1.500 Km² sísmica 2D e 400 Km² sísmica 3D	Aquisição de 1.137 km² de sísmica 3D
023 (blocos 2112B e 2212ª)	1º Período	2013	USD 2,0MM 200 Km² sísmica 3D	Aquisição de 5.359 km² de sísmica 3D
024 (blocos 2713A e 2713B)	1º Período	2015	USD 1,1MM 1.0 Km sísmica 2D ou 2.0 400 Km² sísmica 3D	Aquisição de 319,5 km² de sísmica 3D
028 (blocos 2813A, 2814B e 2914A)	1º Período	2015	USD 8,5MM 2.000 Km² sísmica 2D ou 500 Km² sísmica 3D	Aquisição de 756,5 km² de sísmica 3D

Nos termos do *Participation Agreement* assinado com a HRT Canadá e a Acarus, em 01 de dezembro de 2010, a Companhia tem o compromisso de arcar com 50% dos custos das operações de exploração e avaliação no PEL 28, localizados no *offshore* da Namíbia.

22. Informações por segmento

As informações por área de negócios (segmento operacional) estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 (*IFRS 8*) - Informações por Segmento. As operações da Companhia estão segmentadas da seguinte forma:

a) Exploração e Produção

compreende as atividades de exploração e produção de petróleo e derivados com objetivo de comercialização no Brasil e no exterior;

b) Geologia e Geofísica

compreende os serviços de geologia e geofísica; e

c) Administração e outros

Compreende basicamente o escritório central da Companhia.

A Administração monitora, separadamente, os resultados operacionais das unidades de negócio para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. Os segmentos são avaliados com base nos lucros ou prejuízos operacionais que, em alguns casos, conforme demonstrado na tabela abaixo, são medidos de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional nas demonstrações financeiras consolidadas.

22. Informações por segmento--Continuação

	31/12/2012					31/12/2011				
	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Ajustes e eliminações	Consolidado
Receitas externas líquidas	-	6.746	-	-	6.746	-	9.937	-	-	9.937
Receitas intersegmento líquidas	111.238	28.290	-	(139.528)	-	-	803	8.469	(9.272)	-
Receita líquida	111.238	35.036	-	(139.528)	6.746	-	10.740	8.469	(9.272)	9.937
Custos das vendas	(17.007)	(13.611)	-	27.495	(3.123)	-	(9.429)	(8.045)	8.045	(9.429)
Lucro bruto	94.231	21.425	-	(112.033)	3.623	-	1.311	424	(1.227)	508
Despesas de geologia e geofísica	(167.119)	-	-	20.561	(146.558)	(229.432)	-	-	803	(228.629)
Despesas com pessoal	(118.114)	(13.618)	(75.674)	(13.362)	(220.768)	(113.575)	(3.490)	(28.363)	-	(145.428)
Despesas gerais e administrativas	(32.288)	(3.480)	(6.115)	375	(41.508)	(54.082)	(705)	(8.181)	8.405	(54.563)
Despesas com serviços de terceiros	(55.036)	(650)	(21.007)	-	(76.693)	(34.046)	(1.216)	(11.574)	(3.049)	(49.885)
Impostos e taxas	(21.575)	(1.388)	(1.126)	(9.099)	(33.188)	(9.766)	(810)	(806)	-	(11.382)
Despesa de depreciação	(19.677)	(1.642)	(154)	(14.134)	(35.607)	(10.662)	(1.122)	(675)	(4.995)	(17.454)
Resultado financeiro líquido	73.390	22	53.206	-	126.618	79.502	110	146.739	(273)	226.078
Baixa de poço seco	(44.115)	365	10	(375)	(44.115)	(268)	(70)	-	274	(64)
Resultado antes dos tributos	(290.303)	1.034	(50.860)	(128.067)	(468.196)	(372.329)	(5.992)	97.564	(62)	280.819
Ativos operacionais	3.656.684	8.615	340.592	577	4.006.468	2.658.458	8.504	1.011.012	1.712.117	5.390.091
Passivos operacionais	273.662	3.256	45.596	-	322.514	(1.106.693)	(2.495)	(409.184)	-	(1.518.372)
Investimento em coligadas	120.371	-	3.389.156	(3.509.527)	-	121.385	-	3.262.439	(3.383.824)	-

1. Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
2. As informações por segmento consideram o resultado antes da provisão para IRPJ e CSLL.
3. Os ativos e passivos operacionais dos segmentos não incluem saldos intersegmentos.

22. Informações por segmento--Continuação

Informações geográficas

	31/12/2012			
	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	586.942	3.946	339.420	930.308
Exterior	52.587			52.587
Ativo não circulante				
Brasil	1.198.782	4.669	1.134	1.204.585
Exterior	1.818.953			1.818.953

	31/12/2011			
	Exploração e produção	Geologia e geofísica	Administração e outros	Consolidado
Ativo circulante				
Brasil	1.799.480	3.504	1.010.046	2.813.030
Exterior	62.509	-	-	62.509
Ativo não circulante				
Brasil	597.157	5.000	966	603.123
Exterior	1.911.429	-	-	1.911.429

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da HRT referem-se a contas a pagar a fornecedores de bens e serviços a serem utilizados na campanha exploratória da Companhia, bem como a contratos de garantia financeira. Por outro lado, mantém no ativo, disponibilidades financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 5 e 6.

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e cambio), crédito, liquidez e ambiental. A alta administração da Companhia efetua a gestão desses riscos através da prática de políticas e procedimentos apropriados. Todas as atividades com derivativos são efetuadas com a finalidade de gestão de risco e realizadas por equipes especializadas com habilidades, experiência e supervisão apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Compete ao Conselho de Administração revisar e estabelecer políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais estão resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do efeito da oscilação dos valores de mercado de instrumentos financeiros. Por ser formado por empresas não financeiras, o Grupo adota uma política conservadora baseada na administração de suas posições ativas e passivas, focando a liquidez e a mitigação de risco.

Risco de taxa de juros

A aplicação de recursos disponíveis é efetuada em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, em moeda nacional, a taxas pós-fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, no lucro e no patrimônio do Grupo, antes da tributação, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Consolidado	Aumento/redução em pontos percentuais	Efeito no lucro antes da tributação
31 de dezembro de 2012		
Reais	12%	12.170
Dólares americanos	12%	5.956
Reais	(12%)	(12.170)
Dólares americanos	(12%)	(5.956)
31 de dezembro de 2011		
Reais	12%	17.215
Dólares americanos	12%	9.178
Reais	(12%)	(17.215)
Dólares americanos	(12%)	(9.178)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros--Continuação

Controladora	Aumento/redução em pontos percentuais	Efeito no lucro antes da tributação
31 de dezembro de 2012		
Reais	12%	3.818
Dólares americanos	12%	1.869
Reais	(12%)	(3.818)
Dólares americanos	(12%)	(1.869)
31 de dezembro de 2011		
Reais	12%	11.696
Dólares americanos	12%	6.381
Reais	(12%)	(11.969)
Dólares americanos	(12%)	(6.381)

A movimentação presumida, em pontos base para a análise de sensibilidade a alterações nas taxas de juros, é baseada nas taxas atualmente praticadas no mercado e disponibilizadas pela BM&FBOVESPA.

Risco de câmbio

O risco cambial é a exposição às oscilações nos níveis de preço de um produto ou serviço contratado (fluxo de caixa futuro) em moeda estrangeira pelo Grupo HRT. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais da Companhia e aos investimentos líquidos em controladas no exterior.

Para proteção de obrigações em moeda estrangeira previstos no plano de investimentos, visando complementar a posição de caixa no exterior de USD 115.936 mil, a Companhia detém, em 31 de dezembro de 2012, operações de derivativos, através da aquisição de dólar americano a termo (*Non Deliverable Forward - NDF*), no valor de USD 45.000 mil e vencimentos mensais compatíveis com as necessidades de caixa contratados nos próximos doze meses.

Até 31 de dezembro de 2012 esses contratos representam um saldo passivo de R\$ 1.605 (em 31 de dezembro de 2011 o saldo era ativo de R\$10.149).

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio e seu impacto no lucro e no patrimônio da Companhia, antes da tributação.

Consolidado	Variação na taxa do US\$	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio
31 de dezembro de 2012			
Desfavorável	15%	(12.574)	249.846
Favorável	(15%)	12.574	(249.846)
Desfavorável	25%	(20.956)	416.409
Favorável	(25%)	20.956	(416.409)
31 de dezembro de 2011			
Desfavorável	15%	11.987	42.325
Favorável	(15%)	(11.987)	(42.325)
Desfavorável	25%	19.978	70.542
Favorável	(25%)	(19.978)	(70.542)
Controladora	Variação na taxa do US\$	Efeito no lucro antes da tributação	Efeito no patrimônio
31 de dezembro de 2012			
Desfavorável	15%	(12.574)	249.846
Favorável	(15%)	12.574	(249.846)
Desfavorável	25%	(20.956)	416.409
Favorável	(25%)	20.956	(416.409)
31 de dezembro de 2011			
Desfavorável	15%	11.987	42.325
Favorável	(15%)	(11.987)	(42.325)
Desfavorável	25%	19.978	70.542
Favorável	(25%)	(19.978)	(70.542)

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Operações com derivativos - *hedge*

As operações de derivativos contratadas pela Companhia têm como objetivo proteger do risco de variação cambial sobre os direitos e obrigações denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2012, as operações de *hedge* contratadas pela Companhia foram realizadas em consonância com os compromissos em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo para os próximos 12 meses. Estas operações foram estruturadas através da realização de contratos chamados *Non Delivery Forward (NDF's)* (conforme demonstrado na tabela a seguir:

Data vencimento	Valor (USD)
31/01/2013	20.000.000
28/03/2013	15.000.000
31/05/2013	10.000.000
Total Hedge contratado em 31/12/2012	45.000.000

Risco de crédito

É o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que pode levar a um prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e depósitos em bancos e/ou instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, o Grupo adota uma administração conservadora ao realizar aplicações, em sua maioria, com liquidez diária e taxas pós-fixadas, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco implica manter caixa compatível com as necessidades de desembolso para cobrir as obrigações, em consonância com o plano de negócios da Companhia.

Consolidado

	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 Anos	Total
Em 31 de dezembro de 2012					
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	37.608	-	-	-	37.608
Títulos e valores mobiliários	870.650	-	-	143.559	1.014.209
Clientes	-	-	3.377	-	3.377
Tributos a recuperar	-	-	57.706	-	57.706
Adiantamento de fornecedores	-	-	10.190	12.706	22.896
Despesas antecipadas	-	-	2.011	-	2.011
Outros créditos	-	-	1.354	-	1.354
Passivo					
Fornecedores e outros	-	(113.231)	-	-	(113.231)
Obrigações trabalhistas	-	(20.801)	-	-	(20.801)
Tributos e contribuições sociais	-	(23.504)	-	-	(23.504)
IR & CS	-	-	(311)	(157.248)	(157.559)
Empréstimos	-	-	(1.974)	(1.260)	(3.234)
Operações com derivativos	-	-	(1.605)	-	(1.605)
Outras obrigações	-	-	(2.563)	-	(2.563)
	908.258	(157.536)	68.185	(2.243)	816.664
Em 31 de dezembro de 2011					
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	57.002	-	-	-	57.002
Títulos e valores mobiliários	403.237	-	1.030.940	-	1.434.177
Clientes	-	1.382	-	-	1.382
Tributos a recuperar	-	-	34.706	-	34.706
Adiantamento de fornecedores	-	-	29.816	-	29.816
Despesas antecipadas	-	-	8.392	-	8.392
Operações com derivativos	-	-	10.149	-	10.149
Outros créditos	-	-	584	-	584
Ativo mantido para a venda	-	-	1.296.128	-	1.296.128
Passivo					
Fornecedores e outros	-	(54.342)	-	-	(54.342)
Obrigações trabalhistas	-	(9.569)	-	-	(9.569)
Tributos e contribuições sociais	-	(13.688)	-	-	(13.688)
IR & CS	(555)	-	-	-	(555)
Contas a pagar Petra	-	-	(515.470)	(515.470)	(1.030.940)
Outras obrigações	-	(1.734)	-	-	(1.734)
	459.684	(77.951)	1.895.245	(515.470)	1.761.508

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Controladora

	Imediato	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012					
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	130	-	-	-	130
Títulos e valores mobiliários	318.197	-	-	-	318.197
Tributos a recuperar	-	-	20.714	-	20.714
Adiantamento a fornecedores	-	-	151	-	151
Despesas antecipadas	-	-	82	-	82
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros	-	-	156	-	156
Passivo					
Fornecedores e outros	-	-	(1.129)	-	(1.129)
Obrigações trabalhistas	-	-	(6.698)	-	(6.698)
Tributos e contribuições sociais	-	-	(3.017)	-	(3.017)
Contas a pagar IPO	-	-	-	-	-
IR & CS	-	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	(219)	-	(219)
	318.327	-	10.040	-	328.367
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011					
Ativo					
Caixa e equivalente caixa	18	-	-	-	18
Títulos e valores mobiliários	341.708	-	655.719	-	997.427
Tributos a recuperar	-	-	12.377	-	12.377
Adiantamento a fornecedores	-	-	97	-	97
Despesas antecipadas	-	-	93	-	93
Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Outros	-	-	34	-	34
Passivo					
Fornecedores e outros	(9)	-	-	-	(9)
Obrigações trabalhistas	(902)	-	-	-	(902)
Tributos e contribuições sociais	(892)	-	-	-	(892)
Contas a pagar IPO	-	-	-	-	-
IR & CS	(555)	-	-	-	(555)
Outras obrigações	(303)	-	-	-	(303)
	339.065	-	668.320	-	1.007.385

Contas a receber

A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, portanto, o saldo de contas a receber, em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 3.377 (R\$ 1.382 em 2011), refere-se basicamente à prestação de serviços da sua controlada IPEX.

23. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo.

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;

b) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços);

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>Nível I</u>	<u>Nível II</u>	<u>Nível III</u>
Controladora			
Títulos e valores mobiliários	-	318.197	-
Consolidado			
Títulos e valores mobiliários	-	870.650	-
Instrumentos derivativos	-	1.605	-

24. Risco ambiental

A Companhia possui um programa sócio-ambiental abrangente, amparado por sistema de gestão de saúde, segurança e meio ambiente (SMS), compatível com a sensibilidade dos ecossistemas da bacia do Solimões, que inclui áreas de biodiversidade e de culturas tradicionais.

25. Seguros

A Companhia adota a política de contratar coberturas de seguros para os bens sujeitos a riscos.

Com efeito, possui, em conjunto com as demais empresas do Grupo, coberturas contra os principais riscos, tais como danos materiais, bens do ativo fixo e *D&O* - com cobertura "A" (indenização em nome dos Administradores), "B" (reembolso à sociedade) e "C" (extensão de cobertura da Companhia para reclamações diretamente relacionadas com o mercado de capitais).

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2012 cobrem a importância de R\$ 831.471 e o valor total do prêmio é de R\$ 7.670. A seguir demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil dos administradores - <i>D&O</i>	200.000
Incêndio, raio, explosão e implosão	27.263
Aeronaves – cascos	136.314
Transporte	219.333
Riscos de petróleo	230.897
Responsabilidade civil geral	14.367
Veículos	854
Residencial	1.686
Equipamento Eletrônico	757
Total segurado	831.471

Dentre as principais coberturas previstas no seguro de responsabilidade civil dos administradores - *D&O*, estão a indisponibilidade de bens e penhora *online*, multas e penalidades civis, responsabilidades estatutárias, despesas de publicidade, responsabilidade por erros e omissões na prestação de serviços profissionais, danos corporais, reclamações do tomador contra o segurado e de segurado contra segurado.

Também, reclamações por danos ambientais, responsabilidade do cônjuge ou companheiro em união estável, custos de extradição, espólio, herdeiros, sucessores e representantes legais, administradores de entidades externas, despesas emergenciais, custos de defesa para administradores atuando como fiéis depositários e avalistas e inabilitação do exercício da função de administrador.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui apólices de seguros no valor de R\$ 220.115 (R\$ 242.325 em 2011) em garantias prestadas à ANP, contratadas com a J.Maluccelli para garantir a passagem para o segundo período de exploração dos blocos localizados na bacia do Solimões. O valor total do prêmio para esses seguros garantia é de R\$ 3.931

26. Contingências

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui os seguintes processos judiciais:

1. A HRT é ré em cinco ações cíveis, que perfazem um valor total de R\$ 1.132
2. A HRT é co-reclamada em 202 (duzentas e duas) reclamações trabalhistas, que perfazem um valor total de R\$ 6.455. E parte em 07 (sete) reclamações trabalhistas que perfazem um valor de R\$ 81.
3. Tuscany Perfurações Brasil Ltda. e Tuscany Rig Leasing S.A. instauraram procedimento arbitral em face da HRT O&G, tendo atribuído à arbitragem o valor de US\$ 33.000. A HRT O&G apresentou pedido contraposto no valor de US\$ 25.000.

Segundo os consultores jurídicos da Companhia, o risco de perda das referidas causas é possível. Com base nessa avaliação, a Administração decidiu não constituir provisão para contingências, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

27. Eventos subsequentes

Em 14 de Janeiro de 2013 a ANP emitiu laudo de avaliação de dados sísmicos, com parecer em conformidade com o padrão da ANP. Com isso, o bloco REC-T-240 foi devolvido, sendo o programa mínimo exploratório cumprido. O valor total gasto neste ativo, até 31 de dezembro de 2012, foi de R\$ 380.

Em 24 de janeiro de 2013 foi aprovada pelo Ministério das Minas e Energia ("MME") do Governo da Namíbia a transferência de 14% de participação nos direitos exploratórios em três (3) Licenças Exploratórias de Petróleo ("PEL") no offshore da Namíbia para a Galp Energia.